

PT: DO CORPORATIVISMO AO TRANSFORMISMO

*Laurindo Mékie Pereira**
*Thiago Ferreira de Souza***

Resumo: Este artigo tem como objetivo estudar o processo histórico de emergência e desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores (PT) nacional, visto como agente social coletivo institucionalizado, contemplando a análise das relações de poder e identidade existentes entre esta instituição e os setores da sociedade civil que, em tese, ela representaria, bem como com os setores da sociedade política, avaliando a natureza da interação existente entre estes agentes sociais. Partindo do conceito gramsciano de transformismo, discutem-se duas fases, uma inicial, caracterizada por maior radicalismo e, simultaneamente, por certo corporativismo, e uma segunda fase, marcada por uma flexibilização do discurso, pela abertura para alianças políticas e pela revisão programática, que culminou com a chegada do partido à presidência da república em 2003.

Palavras-chaves: Partido dos Trabalhadores, Radicalismo, Flexibilização, Transformismo.

Abstract: This article aims to study the historical process of emergence and development of the Workers Party (PT) national, seen as institutionalized collective

* Doutor em História pela Universidade de São Paulo/USP (2007). Atualmente, é professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes. Bolsista BIPDT/FAPEMIG.

**Mestre em História pela Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes (Bolsista CNPq). Atualmente, é professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

social agent, covering the analysis of power relations and existing identity between this institution and the sectors of civil society which, in theory, it would represent, as well as the sectors of political society, assessing the nature of the interaction between these social agents. From the Gramscian concept of evolutionism, discusses two phases, an initial, characterized by greater radicalism and, simultaneously, of course corporatism, and a second phase, marked by a relaxation of the speech, the opening for political alliances and the programmatic review, culminating in the arrival of the party for president in 2003.

Keywords: Workers Party, Radicalism, Easing, Transformism.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo estudiar el proceso histórico de la aparición y desarrollo del Partido de los Trabajadores (PT) nacional, visto como agente social colectiva institucionalizada, que abarca el análisis de las relaciones de poder y la identidad existente entre esta institución y los sectores de la sociedad civil que, en teoría, representaría, así como los sectores de la sociedad política, evaluar la naturaleza de la interacción entre estos agentes sociales. Desde el concepto gramsciano del evolucionismo, discute dos fases, una inicial, que se caracteriza por una mayor radicalidad y, al mismo tiempo, por supuesto, el corporativismo, y una segunda fase, marcada por una relajación del discurso, la apertura a las alianzas políticas y la revisión programática, que culminó con la llegada del partido a la presidencia en 2003.

Palabras-claves: Partido de los Trabajadores, Radicalismo, Relajación, Transformismo.

Este trabalho inicia-se investigando a história do Partido dos Trabalhadores (PT), seus precedentes e sua relação com os diversos momentos políticos brasileiros, visando destrinchar as estratégias utilizadas por ele para resistir aos percalços do sistema político e vislumbrando os choques ideológicos e as mudanças programáticas sofridas pela instituição, que foram re-estruturantes sobretudo aos olhos de quem acompanha a trajetória do PT, de quem participou de sua criação e, mais do que isso, de quem depositou suas esperanças nele. Torna-se necessário, então, partir da análise dos precedentes da fundação do partido, da posição que ele assumiu no espectro da esquerda nacional, das suas características iniciais e da evolução destas ao longo das três últimas décadas, na tentativa de compreender o seu papel no âmbito da esquerda brasileira.

Houve, segundo Marco Aurélio Garcia (GARCIA, 1994), um grande fortalecimento das esquerdas em toda a América Latina na década de 1990. Baseando-se nas pesquisas eleitorais de vários países da região, entre eles o Chile, a Venezuela, a Colômbia, o México, o Uruguai e, inclusive, o Brasil, o autor identificou as instituições de esquerda como sendo as favoritas às eleições. Não obstante, o autor também registrou a existência de uma “não menos forte hegemonia de idéias conservadoras, mais particularmente dos projetos neoliberais de organização da economia e da sociedade” (GARCIA, 1994, p.120), que se contrastava radicalmente com a primeira tendência. Como, então, explicar a coexistência de dados tão díspares em um mesmo campo (o político) e em um mesmo momento histórico: o aumento da expectativa de governos de esquerda concomitantemente ao fortalecimento do conservadorismo socioeconômico e político? O crescimento eleitoral não acompanhado do aprofundamento programático seria, segundo o autor, o responsável por tal discrepância, pela existência de governos de esquerda com propostas ‘contaminadas’ por projetos neoliberais.

A história das esquerdas no Brasil, limitando-se o conceito aos movimentos que se auto-definem como “socialistas”, é dividida por Garcia, petista filiado à tendência Articulação, em três momentos. A *primeira geração* teria sua origem na formação do partido comunista do Brasil, em 1922, com grande influência da Internacional Comunista (Comintern) formada em 1919, a qual trazia uma proposta de transformação da realidade econômica, social e política do país. Tal projeto “desembocou na proposta gradualista de transformação da sociedade brasileira, na qual se enfatizava o caráter nacionalista das reformas e o destacado papel que nelas teria o Estado” (GARCIA, 1994, p.121), à guisa de um desenvolvimentismo de esquerda, que obliterava a democracia, a qual assumia apenas um papel medial e sobre a qual não se aprofundaram as discussões, o que seria um erro para as esquerdas, especialmente no contexto em que se deu a derrocada desse projeto e o fim desse primeiro momento: o do golpe civil-militar de 1964.

A *segunda geração*, inspirada na Revolução Cubana (1959) e no ambiente revolucionário que tomou a Europa e outras regiões do mundo em 1968, presenciou a derrota do projeto nacional-reformista, que teve em João Goulart seu representante mais ilustre. Caracterizou-se, basicamente, por lutar contra os governos militares, limitando-se a um projeto de libertação nacional. “A visão de Brasil que

essa geração possuía era marcadamente ‘catastrofista’. O capitalismo brasileiro aparecia como inviável, e dessa inviabilidade se deduziam as possibilidades da revolução” (GARCIA, 1994, p.123). Entretanto, mesmo diante de tal constatação, não havia classes, sujeitos sociais, ou partidos capazes de tirar proveito dessa situação, o que o autor chamou de falta de “condições subjetivas” para que a revolução de fato se concretizasse. A luta armada, por seu turno, se baseava na premissa de que “um foco guerrilheiro criaria uma dinâmica político-militar capaz de mobilizar as massas, que eram amorfas ou se encontravam abandonadas por suas direções tradicionais” (GARCIA, 1994, p. 123), isto é, os parâmetros revolucionários tradicionais engessavam os métodos que a esquerda adotava para lutar contra o regime, impedindo-a de buscar novas opções de transição à democracia.

As divisões internas foram um marca da esquerdas brasileiras ao longo do século XX, como bem evidenciaram os anos 1960. Para Jorge Ferreira (FERREIRA, 2003), naquele momento a esquerda encontrava-se dividida: um grupo, aliado a grupos nacionalistas, exigia a realização das reformas de base, para eles, “um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo um desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social” (FERREIRA, 2003, p.351); sendo que tais grupos formaram a chamada “coalizão radical pró-reformas”, que era composta pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), as Ligas Camponesas, o bloco parlamentar autodenominado Frente Parlamentar Nacional, o movimento sindical representado pelo CGT, organizações de subalternos das Forças Armadas (sargentos, marinheiros e fuzileiros), a UNE e uma pequena organização trotskista. Existia, ainda, outra ala da esquerda mais radical, sectária do modelo leninista de organização, que defendia uma proposta de revolução seguindo as experiências em voga, fosse a chinesa ou a cubana, composta pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), pelo Partido Operário Revolucionário (POR-T) – trotskista —, pela Organização Revolucionária Marxista, com o Jornal Política Operária (ORM-POLOP) e pela Ação Popular (AP) ¹.

¹ Tanto as esquerdas revolucionárias quanto a ortodoxia marxista-leninista consideravam Goulart “um líder burguês de massa, uma liderança cuja origem de classe marcou seu comportamento dúbio e vacilante, com vocação inequívoca para trair a classe trabalhadora” (FERREIRA, 2003, p.345), fator decisivo para que não endossassem o apoio ao governo.

Já no período pós-1964, para além dos impasses ideológicos e teóricos por que passava a esquerda, soma-se o forte arcabouço repressivo do Estado ditatorial, um fator que foi paradoxalmente decisivo tanto para a derrota dos movimentos de esquerda do período, fato que se deu, quanto para o próprio esgotamento do regime militar, anos mais tarde.

Foi na conjuntura de decadência das ditaduras, entre as décadas de 1970 e 1980, que apareceu, então, a *terceira geração* da esquerda brasileira, a que Garcia chama de *esquerda social*. Ela teria suas raízes fincadas nos movimentos sociais de contestação ao governo ditatorial, que proliferaram na década de 1970, mas, segundo o autor, “o mais importante, e que terá peso mais significativo, é o movimento operário e sindical, comportando várias formas de atuação fora e dentro dos sindicatos oficiais” (GARCIA, 1994, p.124). A dimensão democrática passou a ser, então, (re)valorizada e priorizada dentro das discussões políticas, sobretudo em se considerando que aquele era um momento de desgaste de direitos, especialmente os civis e os políticos. No mesmo sentido, diferentemente das duas gerações anteriores, a *esquerda social* não possuía referências internacionais, fator sintomático da crise do socialismo do final do século XX, conseqüentemente, passou a comportar tendências variadas, isto é, tornou-se ideologicamente heterogênea. Essa novidade era importante, pois a esquerda, em certa medida, abandonava o radicalismo exacerbado do “tudo ou nada” ideológico, assumindo uma postura mais flexível e tolerante. Garcia, entretanto, salienta alguns problemas advindos desse fator, um dos quais parece ter afetado o PT, pelo menos nos anos iniciais: “uma forte tendência *basista*, que por vezes assume dimensão corporativista e desemboca em uma subestimação da política institucional” (GARCIA, 1994, p.125).

No tocante à revalorização da democracia, Caio Navarro de Toledo (TOLEDO, 1994) acrescenta que, a partir da década de 1970, o quadro teórico das esquerdas passou a ser bastante diverso, “a análise crítica do ‘socialismo real’ e a dura experiência do regime militar (a repressão, a morte, o exílio, bem como o fracasso da luta armada) contribuíram decisivamente para a esquerda ‘reabilitar’ a questão da democracia” (TOLEDO, 1994, p.128), afastando-se ainda mais dos pressupostos da Terceira Internacional. Obras como *A democracia como valor universal*, de Carlos Nelson Coutinho, e *Por que democracia?*, de Francisco Weffort, ambos influentes pensadores da esquerda, teriam também influenciado a adoção

de uma nova postura, o que se pode observar exemplarmente nos discursos veiculados pelo PT e seus representantes, sobretudo nos anos 1980 e 1990, cuja tônica residia na defesa incontestada da democracia. Aquelas obras, entre outras, discutiram e ventilaram uma tese de impacto: “a afirmação da possibilidade da hegemonia popular e dos trabalhadores nos regimes democráticos” (TOLEDO, 1994, p.131), concepção estritamente articulada à esfera da *sociedade civil* no conceito ‘ampliado’ de Estado em Gramsci, segundo o qual:

O Estado em sentido amplo, ‘com novas determinações’, comporta duas esferas principais: a *sociedade política* (que Gramsci também chama de ‘Estado em sentido estrito’ ou de ‘Estado-coerção’), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 2012, p. 127).

Deste modo, de acordo com Toledo, aquela tese era amplamente defendida pelo PT, segundo o qual o socialismo só se tornaria possível se o seu projeto fosse hegemônico dentro do conjunto da sociedade, isto é, se os setores da sociedade civil, especialmente os trabalhadores e as classes populares, endossassem-no. Tal conclusão a que se chegou, baseava-se no insucesso da imposição daquele projeto em outros Estados que, por via militar, tentaram enxertá-lo à sociedade sem, contudo, primeiro incorporar “política e ideologicamente as massas trabalhadoras na tarefa de sua construção, [deste modo,] o socialismo não poderia senão fracassar” (TOLEDO, 1994, p.134).

Por sua vez, a relação do PT com os sindicatos é complexa. O partido nasceu de um movimento que emergiu em fins da década de 1970, tendo como base a crítica à estrutura sindical herdada dos anos da era Vargas, ao “velho sindicalismo”, cuja principal característica, conforme Fortes (FORTES, 2007, p.14) era o corporativismo. Com o passar do tempo, entretanto, o “novo sindicalismo” mostrou-se mais compatível do que adversário da herança da CLT. O PT permaneceu, por longo período, fortemente associado a essa base sindical, mas só logrou

chegar ao poder em âmbito nacional quando alargou suas bases eleitorais, questão que merece análise mais apurada.

As origens do PT

O embrião do que viria a se tornar o Partido dos Trabalhadores foi plantado em 1978, quando, desafiando o governo militar e os patrões, os operários da cidade de São Bernardo, em São Paulo, iniciaram um movimento de greve. Nada brusca, segundo o sociólogo Ruy Braga, “a ‘súbita’ intervenção do precariado metalúrgico e da construção civil no final dos anos 1970, foi antecedida pelo acúmulo de experiências de resistência operária somado à ação clandestina das ‘oposições sindicais’ surgidas no início da década” (BRAGA, 2012, p. 170). Assim, dois anos mais tarde, em 10 de fevereiro de 1980, foi fundado o Partido dos Trabalhadores. Com uma base localizada fora da esfera parlamentar, apareceu de modo bastante peculiar na história política brasileira, primeiro porque os grupos sociais que o compunham eram bastante heterogêneos. As bases sociais do PT eram originárias de três setores principais: “líderes do sindicalismo em ascensão, com destaque para Luís Inácio ‘Lula’ da Silva; intelectuais e pequenos grupos marxistas e militantes populares ligados ao trabalho pastoral da Igreja Católica” (MOTTA, 1999, p. 131).² Segundo, porque a origem deste partido está intimamente ligada a movimentos sociais; deu-se “de baixo para cima”, isto é, da nação para o Estado, da sociedade civil para a sociedade política, e não o inverso, como ocorria na maioria dos casos. O PT foi um partido criado fora do espectro político das elites e do próprio Estado, espontaneamente, um partido de base popular, algo novo na história brasileira. Para José Álvaro Moisés (MOISÉS, 1986), desde o seu nascimento, o PT esteve fora da tutela do Estado e, contrariamente à velha tradição do populismo, nasceu contra ele. O autor ainda acrescenta que “no quadro da tradição política brasileira, isso é extremamente importante, pois representa uma primeira oportunidade de a política voltar a se articular com a questão social”

² “Também desde o início, tomaram parte na iniciativa grupos revolucionários trotskistas, entre os quais, e principalmente, a Convergência Socialista, além de grupos remanescentes de organizações que haviam participado da luta contra a ditadura militar: Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil/Ala-PC do B, Ação Libertadora Nacional/ALN, Ação Popular Marxista-Leninista/AP-ML, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário/PCBR, Movimento de Emancipação do Proletariado/MEP, todos ingressaram nas articulações que deram origem ao PT” (REIS FILHO, 2007, p.2).

(MOISÉS, 1986, p. 182). Daí o caráter específico diferenciador deste partido, que conseguiu acomodar setores tão diversos sob uma mesma legenda política.

Esta se tornou uma tarefa bastante complexa para os primeiros petistas, já que na organização do partido, a despeito da multiplicidade dos atores, houve certa hegemonia das lideranças sindicais, que ocuparam os principais postos dentro da instituição. Para Daniel Aarão Reis Filho (REIS FILHO, 2007), entretanto, “não houve rendição unilateral às lideranças sindicais. Estas igualmente renderam-se à retórica revolucionária, que impregnou a atmosfera, o ato e os textos de fundação” (REIS FILHO, 2007, p.05). As imprecisões teóricas e os pontos cegos eram contrabalanceados, então, por um discurso geral anticapitalista, de independência de classe (a dos trabalhadores) e por um conveniente e impreciso compromisso com o Socialismo. Reis Filho assim sintetizou a série de problemáticas que, então, se colocava ao PT e que não foram resolvidas no ato da fundação propriamente:

O partido declarava-se socialista, mas que tipo de socialismo exatamente pretendia? E através de que meios? Reforma ou revolução? E de que formas de luta? Pressões e movimentos sociais? Lutas institucionais? E a atitude em relação aos marcos legais? Respeito escrupuloso, ou infração, se, e quando, fosse o caso? Como se combinariam na prática a unidade de ação e a pluralidade de tendências constituintes? Como funcionaria a democracia interna? (REIS FILHO, 2007, p.05)

De qualquer modo, o início da trajetória *petista* deu-se com razoável aceitação por parte da opinião pública, o que ficou demonstrado no crescimento eleitoral e político do partido nos anos subsequentes (MENEGUELO, 1994, p. 155). O sucesso da experiência petista na cenário eleitoral dever-se-ia a alguns fatores específicos. Primeiramente, o PT contou, desde o início, com o apoio de uma larga militância, e esta era ligada a movimentos sociais e organizações de prestígio (como as Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs), o que garantiu uma base sólida para o partido. Depois, tem-se a boa aceitação da proposta social defendida pelo partido, que atacava problemas crônicos, como a desigualdade social e a pobreza. Ou seja, o Partido dos Trabalhadores mostrou-se “uma proposta nova e não-comprometida com as tradicionais elites sociais e políticas do país” (MOTTA, 1999, p. 132).

No Manifesto de 1980, o PT declarou publicamente a que vinha, ao afirmar que nascia “da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados” (MANIFESTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980, s\p). O partido surgiu, deste modo, com as propostas de movimentar as “massas populares” contra os “políticos e partidos comprometidos com a manutenção da (...) ordem econômica, social e política” (MANIFESTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980, s\p), de construir uma nova forma de democracia, na qual as organizações de base da sociedade fossem mais participativas, e de canalizar as demandas daqueles setores sociais mais prejudicados pelo “capitalismo”. Declarou-se avesso a todos os mecanismos ditatoriais, defensor dos direitos civis, com o projeto de chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, “do ponto de vista dos trabalhadores”, tanto no plano econômico quanto no plano social. Isto é, o PT privilegiou a elaboração de uma linha política que fosse capaz de incidir efetivamente sobre a realidade nacional, um tipo de “práxis transformadora” (COUTINHO, 2003, p.171), que fosse facilmente inteligível ao público alvo, que era o trabalhador.

O partido apresentou-se com um diferencial básico dos demais: defendia que somente com a participação direta e efetiva das massas trabalhadoras, nos processos políticos, as desigualdades sociais seriam dirimidas e a política nacional seria de veras democrática. Acreditava-se que o processo de luta política transformaria os grupos sociais, como o operariado e os trabalhadores do campo, qualitativamente, tornando-os aptos a participar do governo. Assim, os petistas partiam do pressuposto de que, organizados em um partido político, os trabalhadores se tornariam “em algo qualitativamente superior (...). É nesse sentido que (...) de dominados eles podem e querem se converter em dirigentes de uma nova sociedade” (MOISÉS, 1986, p. 182). Para eles, um partido que se denominasse socialista e de esquerda teria, necessariamente, de seguir estes parâmetros. O PT considerava que a força política de um partido de esquerda deveria provir de sua base social, pois, para o partido “é dessa ampla massa que vem sua força, e é da conversão dessa massa em dirigentes políticos que vem a sua capacidade de transformar não só a aparência, mas a essência da realidade social, econômica e política do capitalismo” (MOISÉS, 1986, p. 182).

Para tanto, estes setores sociais precisariam de um partido que de fato os representasse. Nesse sentido, o PT se apresentou como um partido dos trabalhadores, e não um partido *para* os trabalhadores, ao passo que, para os petistas, partidos do segundo tipo poderiam até dirigir-se ao povo e aos trabalhadores, mas não integravam de modo orgânico essas massas, na condição de sujeitos políticos do que pretendiam de fato realizar, ao que estas passavam a assumir apenas o papel de eleitores, sendo mantidos na condição de “objetos da política dos outros que, como se sabe, é uma base fundamental para a manutenção ou a criação de qualquer tipo de dominação” (MOISÉS, 1986, p. 179).

Em sua *Carta de Intenções* (1979), anterior ao manifesto, o partido sentenciou que não existia uma organização institucionalizada do movimento sindical, argumentando que “as lideranças da greve [eram] obrigadas a se escorar no apoio, muitas vezes duvidoso, de aliados ocasionais, saídos do campo das classes médias e da própria burguesia” (MOISÉS, 1986, p. 179), no que se percebe a feição classista e corporativista do movimento e o propósito de resolver o problema da falta de um partido próprio. Deste modo, o PT apareceu como a marca de uma mudança de estratégia dos movimentos reivindicatórios sindicais, que consistiu no deslocamento do seu âmbito de ação para o sistema político-partidário, e com uma dupla função: por um lado, “a ampliação do projeto do ‘novo sindicalismo’ com novos conteúdos reivindicativos, ligados ao universo do trabalho e ao terreno social mais amplo” (CARTA DE PRINCÍPIOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979, s\p), por outro lado, a “ampliação do quadro partidário como vértice da estruturação da vida democrática no País ainda sob o regime autoritário” (CARTA DE PRINCÍPIOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979, s\p). Neste momento, primeira metade da década de 1980, embora fosse importante o partido estar presente nas discussões tanto do social quanto do político, tornava-se necessário que ele fizesse a distinção entre um e outro, para que a luta dos trabalhadores pudesse avançar e, concomitantemente, o partido se desenvolvesse no âmbito da sociedade política. O PT não podia ser simplesmente reduzido a uma prática política restrita, puramente sindical e estritamente corporativista. Adotava-se, a partir de então, uma nova postura que assim se traduzia: “a luta social ou sindical (...) serve para os trabalhadores lutarem contra a exploração do capital; e a luta política ou partidária serve para que possam preparar-se para transformar a sociedade e o Estado” (MOISÉS, 1986, p. 184).

Ainda em relação à origem da composição do PT estar intimamente vinculada a movimentos sindicais, observava-se a complexa e perigosa existência compartilhada de (a) um tipo de política trabalhista distintiva dos outros grupos sociais e (b) da ideia de um partido tido como uma alternativa global para a mudança social, modelo para o qual o partido evoluiu, sobretudo a partir da abertura política, em 1985. Tal feição classista, que “acompanhou o partido até o fim do regime militar” (MENEGUELO; AMARAL, 1994, p. 05), devia-se a sua posição de defesa intransigente da abertura política com a participação dos trabalhadores, grupo social que constituía a principal base do partido.

Contudo, o PT logo abandonaria tal postura, já que ela não cumpria “as suas funções de direção e de universalização política” (MOISÉS, 1986, p. 184). Percebeu-se que se a formação dos quadros petistas apresentava a vantagem de ser mais popular, por outro lado, a instituição partidária corria o risco real de assumir um discurso sectário. O partido, portanto, não podia mais ser simplesmente reduzido a uma prática social restrita, mas devia colocar-se a serviço da maioria da população.

Na primeira metade da década de 1980, quando a transição política se conduzia para um acordo entre os partidos de centro e de centro-direita e o governo, o que de fato ocorreu, o PT manteve sua posição intransigente em favor de uma abertura política mais democrática, uma vez que mobilizara grande número de populares, trabalhadores, operários, enfim, boa parte da sociedade civil, no sentido de participar mais ativamente do processo de abertura. Isto, porém, não fazia parte dos planos dos grupos políticos mais fortes do período, que ainda mantinham em seus quadros muitos elementos com ligações com os governos militares, portanto, mais conservadores e centralizadores.

PT: divisões internas

Com a democratização, sobretudo a partir de 1985, o PT passou por um processo de reorganização interna, de divisão em dois grupos: um mais radical, ligado aos antigos movimentos de base, e outro mais moderado, o chamado “PT-light”, que era “formado pelos segmentos menos radicais do partido, com ‘menor teor’ ideo-

lógico, claros adeptos da dinâmica democrática representativa que se estabelecia com a realização das eleições e com a elaboração da nova Constituição” (MENEGUELO; AMARAL, 1994, p. 05). Assim, o partido parece ter se adequado mais às exigências do sistema político vigente, que lhe impunha menos radicalismo no trato ideológico e menos intransigência no trato político. Os petistas, ou parte deles, concluíram que seria improvável que conseguissem realizar as tais reformas sozinhos. Vislumbraram no panorama político um novo estratagema, já antigo para os partidos mais tradicionais: as alianças partidárias.

Embora a eleição de 1989 tenha produzido um divisor claro do mapa ideológico de forças expressivas no cenário nacional, dando a Lula e ao PT um espaço privilegiado de articulação e representação da esquerda, o ingresso do PT na dinâmica eleitoral como partido político amplo impôs a definição da política de alianças e de ampliação do leque de setores políticos (MENEGUELO; AMARAL, 1994, p. 05).

Passando por um contínuo processo de abertura, tanto ideológica quanto programática, o partido firmou diversas alianças que o fortaleceram no cenário político. Já em sua primeira experiência eleitoral, em 1982, o PT demonstrou grande apetite em alcançar votos tanto para as Assembleias quanto para os governos estaduais, lançando candidatos a governador em vários estados da federação, bem como candidatos ao legislativo nas três esferas, tanto na municipal e na estadual, quanto na federal. Entre 1984 e 1985, no movimento das Diretas Já, o partido também alcançou grande projeção, já que foi um dos primeiros a endossar a campanha, juntamente a outros setores da esquerda, porém, com maior destaque, o que lhe rendeu notáveis dividendos políticos. Sobre isso, Daniel Aarão Reis Filho afirmou:

No plano interno, a campanha das *Diretas-Já*, sintetizando os movimentos sociais e as lutas político-eleitorais, contribuiu para unificar as tendências do PT, colocando entre parênteses, ao menos temporariamente, possíveis dissensões e contradições que já se desenhavam entre os que priorizavam as lutas eleitorais, as reformas e as negociações, e os que entendiam que o primado deveria pertencer às lutas sociais, ao confronto e, no limite, à revolução (REIS FILHO, 2007, p.8).

Diante do notório abatimento do Socialismo Soviético – que culminaria na desagregação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, já antecipada pela queda do Muro de Berlim (1989) – e da onda de Neoliberalismo

da década de 1990, “as esquerdas em todo o mundo, mesmo os setores não identificados com o *socialismo realmente existente*, passavam para uma posição de *defensiva estratégica*” (REIS FILHO, 2007, p.9), isto é, houve uma redução dos movimentos sociais, ao passo que, no Brasil, a última ofensiva direta da esquerda seria caracterizada pela fundação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1985. Nesse âmbito, o PT concentrou seus esforços na frente político-eleitoral, conseguindo dobrar o número de deputados federais e mais do que triplicar o número de deputados estaduais.

Com a ocorrência das primeiras eleições diretas depois dos governos militares, em 1989, o PT lançou Luís Inácio Lula da Silva (Lula) como candidato à presidência da República, mais com o objetivo de marcar posições do que de fato para alcançar o Palácio do Planalto³, já que as propostas do partido possuíam “um caráter *reformista-revolucionário*⁴, ancoradas nas tradições nacional-estatistas mais radicais das esquerdas brasileiras” (REIS FILHO, 2007, p.10). A despeito disso, e para a surpresa geral, Lula alcançou o segundo turno, que disputou com Fernando Collor de Melo, sendo este o eleito para presidente naquele ano.

Com o aumento do prestígio político do partido, a ala denominada *Articulação*, formada desde os anos 1980 e dirigida pelos principais líderes sindicais, encabeçada pelo próprio Lula, tornou-se cada vez mais forte e influente nas decisões que o partido tomava, impondo-se, logo no início da década de 1990, como centro decisório. Era “politicamente moderada, alérgica a dogmas de qualquer natureza, vocacionada a exercer o poder interno, polarizada pelas personalidades de seus *chefes*, (...) sem princípios muito claros, salvo controlar o poder, mas adeptos de negociações” (REIS FILHO, 2007, p.12), além disso, tal ala possuía grande sintonia com as bases populares do PT. Por outro lado, os setores mais radicais sofreram

³ Com mais de 10 candidatos à eleição para presidente da República, entre eles, políticos já bem conhecidos e com tradição na vida pública, como Leonel Brizola, Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, entre outros, o PT, através da popularidade da figura de Lula, também queria marcar posição e afirmar sua identidade. Porém, o surpreendente ocorreu, e Lula conseguiu chegar ao segundo turno e ficar em segundo lugar em número de votos, com cerca de 17,1% dos votos válidos, contra 30,4% de Fernando Collor (COSTA, 2007).

⁴ Conceito cunhado pelo autor Carlos Nelson Coutinho, com o qual visava a combater a separação entre *reforma* e *revolução*. Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. Rio de Janeiro, Salamandra, 1984.

um processo de achatamento no interior do partido, foram “institucionalizadas”, desaparecendo por completo.

Eis o ponto em que sobreveio a hegemonia da *Articulação* sobre os demais grupos internos do partido, ponto a partir do qual há uma dinâmica e aparente reestruturação de ordem pragmática, visível no crescente esforço da instituição com objetivo de participar mais efetiva e eficientemente das disputas eleitorais, “jogando as regras do jogo”, esforço marcado mais por um ânimo conciliador, moderado e reformista que pelo radicalismo das grandes lutas sociais da década anterior. Isto se deu, é claro, sem prejuízo das críticas advindas dos setores mais radicais, que acusavam o PT de estar transformando-se em um partido *eleitoralista*, além das denúncias de corrupção, ligadas ao financiamento das campanhas, feitas pelos próprios membros do partido, sobretudo após as eleições presidenciais de 1994. Apesar disso, não conseguiram mais fazer frente ao controle que a *Articulação* exercia.⁵

Eis também o momento em que se iniciaria o processo de hegemonização do PT sobre os demais representantes da esquerda nacional, chegando ao ponto de Leonel Brizola, outro representante das esquerdas, porém, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), disputar as eleições como vice de Lula em 1998, desse modo, reconhecendo-lhe a liderança. Porém, como se verá adiante, essa hegemonia não seria plenamente alcançada, sendo interrompida pelas excessivas concessões feitas pelo partido, que afetaram a sua *célula-máter*.

Ao longo da década de 1990, o PT disputaria todas as eleições presidenciais, ficando em segundo lugar em votos nas de 1994 e 1998, e “adotaria uma posição cada vez mais flexível com relação à construção de alianças eleitorais e a formação de frentes para a disputa de pleitos presidenciais” (MENEGUELO; AMARAL, 1994, p. 06), obtendo resultados cada vez melhores. Não obstante, do ponto de vista programático, houve muitas mudanças, as quais acompanhavam a própria metamorfose pela qual o partido passava. Isso se devia claramente à postura

⁵ Foi nesse contexto que se deu a expulsão de alguns membros do partido, os quais criaram novas legendas, casos do Partido da Causa Operária (PCO), fundado em 1990, e da Convergência Socialista (CS), fundada em 1992, que, em 1994, viria a se tornar o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

imposta pela *Articulação*, tendência, como visto, que valorizava a moderação e a política de alianças, aquilando a capacidade do partido de dialogar com outros atores da arena política. Nesse sentido, Meneguelo e Amaral afirmam que entre 1989 e 1998 “houve uma acentuada ‘desideologização’ do programa petista, acompanhada da exaltação da capacidade do partido para resolver problemas concretos da população e governar de forma responsável e com a colaboração de outras forças políticas (MENEGUELO; AMARAL, 1994, p. 07), o que contrariava o comportamento que o partido apresentava até o final da década de 1980, caracterizado por uma postura deliberadamente programática, mais voltada para as questões ideológicas do que para a pragmática eleitoral.

A guinada ideológica do PT ficou mais explícita, contudo, durante a realização do II Congresso do partido, em 1999, quando foi aprovado um documento intitulado “*Por uma esquerda republicana*”, proposto pela tendência *Articulação*, no qual o partido assumia publicamente o seu distanciamento teórico de alguns dos antigos pressupostos petistas. Neste texto, lê-se o seguinte:

Na tese que apresentamos para o Congresso partidário decidimos não fazer referência ao socialismo por entendermos que este conceito designa uma realidade identificada historicamente com o comunismo soviético e do Leste europeu. Trata-se de uma herança negativa, fracassada, assimilada à supressão da liberdade política e econômica, à ditadura de partido único e de líderes autocráticos, que violaram os direitos humanos [...]. Ao não defendermos o socialismo, não significa que passamos a aderir ao capitalismo como modelo econômico. Propomos uma esquerda que resgate as tradições históricas das lutas democráticas e republicanas, que na sua essência, são lutas por liberdade, por igualdade, por justiça, por cidadania e por direitos (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, s/p).

Ou seja, o partido afastava-se claramente do socialismo real soviético e assumia fortemente um compromisso com a democracia e com a república, dentro dos cânones da *esquerda social*. Especialmente a partir de 1995, o PT intensificou sua política de alianças, disseminando ações de maximização do apoio eleitoral e político, mas o grande marco para a vitória nas eleições de 2002 foi, sem dúvida, a *Carta ao Povo Brasileiro*, documento publicado no mesmo ano, em que Lula falava em um esgotamento do modelo *tucano*, em vigor desde 1994, conclamava a sociedade brasileira a uma ampla negociação nacional, garantia que respeitaria os contratos e obrigações vigentes do país e acalmava os setores industriais, com

os quais falava diretamente, assegurando-lhes que estabilizaria a economia e investiria na indústria nacional.

Da Oposição à Situação

Nas eleições de 2002, o PT finalmente chegava ao governo federal, com uma proposta claramente diferente, “transformada e assegurada pela aliança com setores do capital nacional e pelo compromisso da mudança sem ruptura, fruto de uma ampla negociação nacional” (MENEGUELO; AMARAL, 1994, p. 06). O aparente “amadurecimento institucional” por que passou o PT deu maior credibilidade ao seu projeto político e social, tanto para o eleitorado quanto para os demais agentes da política nacional com ele identificados. Lula disputou as eleições com José Serra (PSDB), Antony Garotinho (PSB), Ciro Gomes (PPS, PDT e PTB), José Maria (PSTU) e Ruy Pimenta (PCO). O PT, para tanto, coligou-se com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido da Mobilização Nacional (PMN) e o Partido Liberal (PL), o que demonstra aquela forte abertura às alianças partidárias da qual se falou, que fez com que o PT não fizesse cerimônia em se aliar ao PL.

Além disso, outros fatores também influenciaram naquele momento, tais como o desgaste dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, mesmo em face do sucesso do Plano Real, que era a principal plataforma do partido da *Situação*; o fraco apelo popular que o candidato José Serra exercia; além da troca de farpas entre os candidatos à presidência que, equivocadamente, subestimavam Lula e o PT, o que, em certa medida, contribuiu para o seu fortalecimento diante dos opositores.

Todavia, a vitória não foi meramente uma consequência certa daquela soma de fatores, foi também e notavelmente um resultado das ações diferenciadas que o partido engendrou em sua campanha. O que mudou no pleito de 2002 foi basicamente a forma de abordagem na propaganda política eleitoral. Lula e o PT cuidaram melhor das estratégias de *marketing*, contratando os serviços profissionais de Duda Mendonça e sua equipe, que, entre outros aspectos, mostraram-nos como mais preparados para assumir a presidência. As demonstrações públicas de que o

partido teria assumido uma nova postura e a deflagração de um discurso político moderado, coroado pela *Carta ao Povo Brasileiro*, foram também decisivos para a construção de uma nova cara para o PT. “Adotando um discurso moderado (‘Lulinha paz e amor’), de grande eficácia, Lula ficou em primeiro lugar, (...) seguido por José Serra” (COSTA, 2007, p.238). No segundo turno, mantendo a mesma estratégia, Lula venceu com 61,27% dos votos válidos, contra 38,73% de Serra.

Outro fator peculiar às eleições de 2002 foi o novo papel exercido pelas mídias, especialmente a Rede Globo, como veículos de discussão da política nacional, fazendo uma cobertura mais abrangente e mais isenta do que em relação às eleições anteriores, já que, em 1989, a Rede Globo apoiou explicitamente a candidatura de Fernando Collor de Melo, e, em 1994 e 1998, agiu do mesmo modo a favor de Fernando Henrique Cardoso, como parece ter sido também o comportamento da maior parte dos órgãos da chamada grande imprensa. Além disso, “em 1994 e 1998, o real dominou a pauta jornalística e a imprensa contribuiu para o ‘presente bom’” (COSTA, 2007, p.242), o que, sem dúvida, fez pesar a balança a favor do governo de FHC.

De acordo com João Machado Borges Neto, podem-se identificar basicamente quatro momentos na definição do programa do novo governo. O primeiro seria o da aprovação do texto *Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil*, ainda em dezembro de 2001, um tipo de orientação geral de caráter superior, já que fora decidida no Encontro Nacional do PT, defendendo uma ruptura global com o modelo existente, caracterizando o programa como “democrático e popular”, colocando a subordinação externa da economia brasileira como maior problema a ser enfrentado. Além disso, criticava os *pactos conservadores* e defendia uma nova coalizão de forças. No plano social, falava-se em “economia solidária, em reforma agrária e reforma urbana, em direito à educação e à saúde pública, na instituição de uma renda mínima e no combate à fome” (BORGES NETO, 2003, p.179). No plano nacional, falava-se em dotar o Estado de uma *regulação social dos mercados*, em fomento à substituição de importações, tecia-se uma forte crítica ao governo FHC, cujas políticas teriam subordinado o “funcionamento da economia nacional às prioridades e interesses dos credores e investidores externos” (BORGES NETO, 2003, p.180), defendia-

se a renegociação da dívida externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como, criticava-se fortemente a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) ⁶ e a política de privatizações. No plano democrático, reforçava-se a necessidade da ruptura com o modelo econômico-social existente, disputando a hegemonia com o neoliberalismo; discutia-se também a necessidade da mobilização e da pressão popular nas demandas, através da gestão e do orçamento participativos. Assim, nesse primeiro momento, combinava-se uma retomada das propostas desenvolvimentistas com uma maior preocupação com a distribuição de renda e, principalmente, com a maior participação dos trabalhadores na direção do processo. Uma versão pouco mais moderada do tradicional programa democrático e popular do PT.

O segundo momento seria o da aprovação do *Programa de Governo 2002 da Coligação Lula Presidente, Um Brasil para Todos*, em julho de 2002, marcado pela divulgação da Carta aos Brasileiros por Lula, na qual ele apresentava uma face mais moderada, defendendo a existência de um período de transição, sem rupturas radicais, isto é, um período de mudança gradual e negociada entre o modelo vigente e o novo modelo. Ele defendia, então, “uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade” (NETO, 2003, p.183), com o que procurava tranquilizar os mercados. O discurso em relação aos compromissos internacionais era mais brando, ao passo que se assegurava que o governo do PT respeitaria as regras estabelecidas, agindo dentro dos marcos institucionais. Levantava-se, naquele momento, o dilema da superação do problema da “âncora fiscal” (o ciclo *juros altos, instabilidade cambial e aumento da dívida pública em proporção ao PIB*), situação que era atribuída à rigidez da política econômica vigente. Neste momento, nota-se uma clara preocupação em se evitar temas mais radicais, o que se depreende da ausência de alguns conceitos presentes no primeiro momento (*ruptura global, revolução democrática, controle dos fluxos internacionais de capital*), mantendo-se apenas a crítica à ALCA. Em tese, a vulnerabilidade externa seria reduzida por meio da montagem de “um ‘sistema combinado de crédito e de políticas industriais e tributárias’, com

⁶ Projeto de uma zona de livre comércio entre os países americanos, exceto Cuba, a partir do qual se propunha a eliminação das barreiras alfandegárias.

o objetivo de ‘viabilizar o incremento das exportações, a substituição competitiva de importações e a melhoria da infra-estrutura’” (BORGES NETO, 2003, p.185). As ideias da ação reguladora do Estado sobre o mercado e de controle social foram mantidas. Deste modo, a ênfase do programa político-econômico de Lula nos meses que antecederiam às eleições apresentava-se disforme, formalizando apenas a tentativa de superação (mudança) do modelo de FHC.

O terceiro momento seria o dos pronunciamentos e discursos feitos antes e depois da posse e das medidas práticas tomadas nos primeiros meses do governo. Na área econômica, é possível afirmar que houve uma mudança considerável na orientação do PT, ao passo que “tem sido de forte continuidade com a do segundo mandato de F. H. Cardoso. O acordo com o FMI previa, na verdade, a continuidade da política vigente” (BORGES NETO, 2003, p.186), que se resumia na manutenção das taxas de juros, no reforço da “responsabilidade fiscal”, etc., inclusive, com alguns cortes em gastos sociais. Apesar do desconforto que as medidas de continuidade causaram dentro dos quadros do PT, diante de setores mais radicais do partido, o governo Lula procurou justificar que a necessidade de tais medidas era devida à “herança maldita” recebida do governo anterior, na tentativa de justificar uma notória alteração do programa anunciado, até mesmo com relação à versão já ‘moderada’ de *Um Brasil Para Todos*. Assim, durante o discurso de posse como ministro da Fazenda, Antônio Palocci reconheceu os méritos da política econômica vigente e deu a entender que não haveria rupturas mais fortes, em relação à fórmula econômica a ser adotada pelo novo governo. “A transição, portanto, é definida como um processo de ajuste das condições macroeconômicas, de implementação das chamadas ‘reformas estruturais’, e é pensada em termos de um prazo histórico” (NETO, 2003, p.188), prazo este que deveria tomar todo o primeiro mandato do presidente Lula, um eventual segundo mandato, e ir além. João Machado Borges Neto, então, desnuda um ponto nevrálgico da política econômica do PT, ao afirmar que, segundo a lógica do Ministério da Fazenda:

A preocupação com a vulnerabilidade externa quase desaparece. Ela seria combatida com o próprio ajuste fiscal (que permitiria ganhar a confiança dos mercados) e com o aumento do volume de comércio com o exterior. (...) [Assim,] trata-se, portanto, justamente da idéia de que ‘basta um equilíbrio macroeconômico, abertura e livre ação das forças de mercado’ (NETO, 2003, p.189).

Ou seja, um tipo de política neoliberal, um aprofundamento do modelo econômico de FHC. Este pode ser notado também na votação da Emenda ao Artigo 192 da Constituição, que tornou possível a concessão da autonomia para o Banco Central, situação à qual o PT fizera oposição anteriormente, e na proposta de Reforma da Previdência, com objetivo de ajuste fiscal e conseqüente ampliação da confiança dos mercados.

O quarto e último momento de definição programática do PT seria o do *Plano Plurianual 2004-2007* e do *Roteiro para a Nova Agenda de Desenvolvimento Econômico*. Tentativa de adequar as orientações do programa de governo às políticas econômicas vigentes, sobretudo, diante das críticas ao excesso de continuísmo econômico. O primeiro documento procurava recuperar o programa de governo apresentado na campanha, reacendendo a preocupação com a vulnerabilidade externa, a definição de um papel central do Estado e a inclusão da participação da sociedade brasileira como um tema importante. Outro aspecto importante do documento seria o da definição da dinâmica de crescimento a partir de um chamado círculo virtuoso, que consistiria basicamente no aumento dos rendimentos das famílias trabalhadoras / ampliação da base de consumo de massa / investimentos / aumento da produtividade e da competitividade, o que mostrava uma retomada do programa de 1994, no aspecto da valorização de um modelo de crescimento baseado no consumo de massa. O segundo documento, por sua vez, apresentava uma maior ênfase em políticas industriais (BORGES NETO, 2003).

Outro ponto a se destacar é que a equipe ministerial do primeiro governo Lula combinava a presença de gente muito distante da tradição política e ideológica do PT, exemplarmente, o caso de Henrique Meirelles, um banqueiro vinculado a interesses norte-americanos, porém, indicado pelo governo Lula para o cargo de presidente do Banco Central, com a presença massiva de pessoas filiadas ao partido. De acordo com João Machado Borges Neto (BORGES NETO, 2003), a convivência no governo de interesses e orientações tão diversos reforçava dúvidas sobre as políticas econômicas do governo Lula, que passaram a ser, então, o alvo da maior preocupação e tensão. Tais desconfianças foram se tornando mais fortes com o passar do tempo e com a reduzida ação do novo governo no sentido de realizar as reformas de que falara nas campanhas.

O transformismo petista

Na acepção gramsciana hegemonia significa a direção política e cultural de uma classe ou fração de classe sobre outras forças sociais (GRAMSCI, 2004). No entanto, a concretização da hegemonia pressupõe concessões, até o ponto em que elas não comprometam o núcleo básico do projeto do grupo que se pretende hegemônico, momento a partir do qual tal grupo pode perder sua identidade e passar por um processo ao qual Gramsci chamou de *transformismo*.

No caso do PT, era uma condição imprescindível à conquista da hegemonia era o abandono da mentalidade corporativista sindicalista, ou seja, deixar de defender apenas os seus interesses imediatos, grupais, e se converter em uma *classe* nacional, que representasse também outras camadas, tornando-se protagonista das reivindicações de outros estratos sociais, reunindo-os em torno de si. A vitória de Lula em 2006 demonstrou como a política de alianças deveras foi determinante para o sucesso do PT nas eleições.

Mas não foi a hegemonia que se verificou. De acordo com Francisco de Oliveira, “um dos resultados formidáveis da eleição, incluindo os pleitos para os estados e a renovação do Congresso, foi a salada de coligações e coalizões. Siglas de suposta orientação ideológica oposta uniram-se indiscriminadamente” (OLIVEIRA, 2010, p.21). Para Coutinho, a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, agiu de modo oposto, reforçando-a. Isso tornou-se visível nas próprias políticas econômicas adotadas pelo partido que, sendo organizador entre as esquerdas, “desarmou as resistências ao modelo liberal-corporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós (...), uma clara manifestação daquilo que Gramsci chamou de ‘transformismo’⁷” (COUTINHO, 2010, p.42). Ou seja, o PT tornou-se, para todos os efeitos, algo muito semelhante ao que ele se opunha, refundando um esdrúxulo “bipartidarismo” a partir do qual alterna o poder com o PSDB, aplicando os dois a mesma política econômica e social e os mesmos méto-

⁷ “um processo que, através da cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas, busca excluí-las de todo efetivo protagonismo nos processos de transformação social” (COUTINHO, 2010, p.38).

dos de governo, notabilizados por um tipo de tecnicismo economicista, quase que alheio ao interesse político da população brasileira.

Conclusão

Pode-se concluir, então, que o caso do Partido dos Trabalhadores é bastante singular, tendo em vista que ele teve que enfrentar, por um lado, os dilemas internos, representados pelos interesses, às vezes conflitantes, de suas diversas facções, o que impedia um avanço na direção de uma política mais pragmática e menos ideológica e programática. Por outro lado, também teve que se adaptar à realidade política eleitoral, que exigia um apelo maior aos interesses de grupos empresariais que, por sua vez, eram imprescindíveis ao financiamento de campanhas, o fiel da balança das eleições. Então, a dicotomia entre a identidade partidária e a pragmática eleitoral poderia ser apontada como um dos principais fatores determinantes para as ações da instituição, ao longo principalmente da década de 1990. A análise do processo de formação partidária, programática e de práxis política do Partido dos Trabalhadores, insinua que enquanto se alimentou um discurso de intransigência ideológica, houve pouca evolução institucional dentro do campo político. Por outro lado, à medida que o partido se abriu às mudanças e adaptações e a fazer uma política de coalizões, foi ascendendo em importância e relevância no espectro político. Mas o preço não terá sido alto demais? O que ficou demonstrado ao longo de sua história, através das inúmeras adaptações e concessões feitas no âmbito ideológico e programático do partido, pode sugerir que sim.

Fontes:

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Carta ao povo Brasileiro*. Publicada em São Paulo – SP, em 22 de junho de 2002. Retirado de: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Carta de princípios*. Lançado publicamente no dia 1º de maio de 1979.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Manifesto*. Aprovado pelo Movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980, p. 01.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Carta Eleitoral do Partido dos Trabalhadores. São Paulo, 1982. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/pt25anos/index.html>>.

Referências

BORGES NETO, João Machado. Da campanha ao governo Lula – uma análise das mudanças no programa econômico do PT. IN: PAULA, João Antônio de (Org.). *A economia política da mudança: os desafios e os equívocos do início do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

COSTA, Homero de Oliveira. *Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais (1989-2002)*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal* (ensaio de 1979).

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o Golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lúcia de Almeida Neves, orgs. O Brasil

Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, V. 3. PP. 345-404.

FORTES, Alexandre. *O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano*. IN: LOCUS: revista de história. Juiz de Fora: Programa de Pós-graduação em História/Departamento de História, 2007 v.13, n.2, 272p.

GARCIA, Marco Aurélio. Esquerdas: rupturas e continuidades. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere* – volume 1 e 5. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MENEGUELLO, Rachel. Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MENEGUELLO, Rachel; AMARAL, Osvaldo E. *Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil*. Brazilian Studies Programme – Latin American Centre – St. Antony’s College, University of Oxford, Occasional Paper 02-08.

MOISÉS, José Álvaro. Partido de massas: democrático e socialista. In: SADER, Emir (Org.). *E agora PT? Caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Estado e trabalhadores: o populismo em questão. Artigo recebido e aprovado em 2007. *Locus*, revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 87-108, 2007.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

TOLEDO, Caio Navarro de. As esquerdas e a redescoberta da democracia. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

